

Terminados os respetivos procedimentos e no cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal publicado através do aviso n.º 14370/2009 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 13 de agosto, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental de 180 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 76.º do RCTFP, conjugado com o n.º 2 da Cláusula 6.ª do Acordo coletivo de trabalho n.º 1/2009, com a trabalhadora a seguir identificada, na data identificada, auferindo, a remuneração que a seguir também se identifica:

Maria Susana Duarte dos Santos Paulos da Silva Matos, 1 de abril de 2011, 2.ª posição remuneratória, nível 15, da Tabela Única Remuneratória dos Trabalhadores que exercem funções públicas, a que corresponde o montante de 1201,48 € (mil duzentos e um euros e quarenta e oito cêntimos);

Mais se torna público que, para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e por força do disposto no artigo 73.º do RCTFP, atenta a data de celebração do respetivo contrato, a trabalhadora acima identificada concluiu com sucesso o respetivo período experimental na carreira/categoria de Técnico Superior, de acordo com o respetivo processo de avaliação, elaborado nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o qual se encontra, respetivamente, arquivado no processo individual de cadastro, sendo o tempo de duração do respetivo período experimental contado para efeitos da atual carreira e categoria.

24/10/2012. — A Diretora de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, *Cláudia Belo Ferreira*.

206483365

Aviso (extrato) n.º 14581/2012

Considerando a autorização datada de 05 de agosto de 2009, bem como os, então, pareceres favoráveis de S. E. o Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, de 22/07/2009, e de S. E. o Senhor Ministro de Estado e das Finanças, em 30/07/2009, foi autorizada a abertura de 42 procedimentos concursais nas carreiras de Técnico Superior e Assistente Técnico ainda no ano de 2009.

Terminados os respetivos procedimentos e no cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal publicado através do aviso n.º 14385/2009 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 13 de agosto de 2009, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental de 120 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 76.º do RCTFP, conjugado com o n.º 1 da Cláusula 6.ª do Acordo coletivo de trabalho n.º 1/2009, com o trabalhador a seguir identificado, na data identificada, auferindo a remuneração que a seguir, também se identifica:

Bruno Emanuel Ferreira Cabrita, 1 de março de 2011, 1.ª posição remuneratória, nível 5, da Tabela Única Remuneratória dos Trabalhadores que exercem funções públicas, a que corresponde o montante de 683,13 € (seiscentos e oitenta e três euros e treze cêntimos).

Mais se torna público que, para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e por força do disposto no artigo 73.º do RCTFP, atenta a data de celebração do respetivo contrato, o trabalhador acima identificado concluiu com sucesso o respetivo período experimental na carreira/categoria de Assistente Técnico, de acordo com o respetivo processo de avaliação, elaborado nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o qual se encontra, respetivamente, arquivado no processo individual de cadastro, sendo o tempo de duração do respetivo período experimental contado para efeitos da atual carreira e categoria.

24/10/2012. — A Diretora de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, *Cláudia Belo Ferreira*.

206483219

Aviso n.º 14582/2012

Considerando a autorização datada de 05 de agosto de 2009, bem como os, então, pareceres favoráveis de S. E. o Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, de 22/07/2009, e de S.E. o Senhor Ministro de Estado e das Finanças, em 30/07/2009, foi autorizada a abertura de 42 procedimentos concursais nas carreiras de Técnico Superior e Assistente Técnico ainda no ano de 2009.

Terminados os respetivos procedimentos e no cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal publicado através do aviso n.º 14384/2009 no *Diário da República*,

2.ª série, n.º 156, de 13 de agosto, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeitos a período experimental de 180 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 76.º do RCTFP, conjugado com o n.º 2 da Cláusula 6.ª do Acordo coletivo de trabalho n.º 1/2009, com as trabalhadoras a seguir identificadas, nas datas identificadas, auferindo, respetivamente, a remuneração que a seguir também se identifica:

Fátima Alexandra Simões Sousa Pimentel, 23 de setembro de 2010, 5.ª posição remuneratória, nível 27, da Tabela Única Remuneratória dos Trabalhadores que exercem funções públicas, a que corresponde o montante de 1.819,38 € (mil, oitocentos e dezanove euros e trinta e oito cêntimos);

Filipa Augusto Guerreiro Quintela da Luz, 23 de setembro de 2010, 5.ª posição remuneratória, nível 27, da Tabela Única Remuneratória dos Trabalhadores que exercem funções públicas, a que corresponde o montante de 1.819,38 € (mil, oitocentos e dezanove euros e trinta e oito cêntimos);

Mais se torna público que, para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e por força do disposto no artigo 73.º do RCTFP, atenta a data de celebração dos respetivos contratos, as trabalhadoras acima identificadas concluíram com sucesso o respetivo período experimental na carreira/categoria de Técnico Superior, de acordo com o respetivo processo de avaliação, elaborado nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o qual se encontra, respetivamente, arquivado no processo individual de cadastro, sendo o tempo de duração do respetivo período experimental contado para efeitos da atual carreira e categoria.

24 de outubro de 2012. — A Diretora de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, *Cláudia Belo Ferreira*.

206483308

Aviso n.º 14583/2012

Considerando a autorização datada de 05 de agosto de 2009, bem como os, então, pareceres favoráveis de S. E. o Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, de 22/07/2009, e de S.E. o Senhor Ministro de Estado e das Finanças, em 30/07/2009, foi autorizada a abertura de 42 procedimentos concursais nas carreiras de Técnico Superior e Assistente Técnico ainda no ano de 2009.

Terminados os respetivos procedimentos e no cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal publicado através do aviso n.º 14371/2009 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 13 de agosto de 2009, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeitos a período experimental de 120 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 76.º do RCTFP, conjugado com o n.º 1 da Cláusula 6.ª do Acordo coletivo de trabalho n.º 1/2009, com os trabalhadores a seguir identificados, nas datas identificadas, auferindo, respetivamente, a remuneração que a seguir, também se identifica:

José António da Silva Ribeiro, 21 de março de 2011, 1.ª posição remuneratória, nível 5, da Tabela Única Remuneratória dos Trabalhadores que exercem funções Públicas, a que corresponde o montante de 683,13 € (seiscentos e oitenta e três euros e treze cêntimos).

Paulo Alexandre Monteiro Martins, 21 de março de 2011, 1.ª posição remuneratória, nível 5, da Tabela Única Remuneratória dos Trabalhadores que exercem funções Públicas, a que corresponde o montante de 683,13 € (seiscentos e oitenta e três euros e treze cêntimos);

Rui Filipe Alexandre Pires, 21 de março de 2011, 1.ª posição remuneratória, nível 5, da Tabela Única Remuneratória dos Trabalhadores que exercem funções Públicas, a que corresponde o montante de 683,13 € (seiscentos e oitenta e três euros e treze cêntimos);

Mais se torna público que, para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e por força do disposto no artigo 73.º do RCTFP, atenta a data de celebração dos respetivos contratos, os trabalhadores acima identificados concluíram com sucesso o respetivo período experimental na carreira/categoria de Assistente Técnico, de acordo com o respetivo processo de avaliação, elaborado nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o qual se encontra, respetivamente, arquivado no processo individual de cadastro, sendo o tempo de duração do respetivo período experimental contado para efeitos da atual carreira e categoria.

24 de outubro de 2012. — A Diretora de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, *Cláudia Belo Ferreira*.

206483332

Aviso n.º 14584/2012

Ao abrigo da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que a trabalhadora Lina Maria da Silva Santos, técnico superior, do mapa de pessoal do INFARMED — Au-